

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

Estudo de viabilidade para Aquisição de longarinas e cadeiras extra individual (P.O.) para o Terminal Rodoviário de Cascavel-PR, Dra. Helenise Pereira Tolentino.

O objetivo principal deste estudo é a análise detalhada da demanda para identificação da solução mais eficiente disponível no mercado, levando em consideração as legislações vigentes, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios da Administração Pública, em especial o do planejamento.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Terminal Rodoviário encontra-se em obras de revitalização, cujo projeto traz mudanças significativas, que reestruturam e modernizam o ambiente e tornando-o mais atrativo.

Com a reforma e revitalização do Terminal, a Administração Pública busca oferecer melhor qualidade no atendimento ao público, em especial ao passageiro, que constitui alvo dos objetivos de criação do terminal.

As modificações projetadas alteram completamente o *layout* da rodoviária e, dentre as mudanças já ocorridas destacamos a alteração de área de guichês para o pavimento superior, a implantação de elevadores e escada rolante e a concepção de área gastronômica. Essas alterações trouxeram a movimentação para o pavimento superior da rodoviária. Quanto as mudanças a concluir, destacamos a implantação de área exclusiva para encomendas e implantação de área de embarque restrita.

As alterações decorrentes da reforma/revitalização geram novas demandas para o adequado atendimento ao público, tais como a necessidade de Longarinas e Cadeiras Extras para Obesos.

A falta do mobiliário mínimo adequado nos ambientes traz prejuízos ao público do Terminal Rodoviário e, além disso, ocasionar desconforto e insatisfação por parte dos usuários, o que, consequentemente, impacta negativamente na imagem da Administração Pública.

Essa situação configuraria numa descaracterização de um dos objetivos de criação do Terminal e da própria reforma/revitalização que visam *garantir o bem-estar dos usuários*, prejudicando os aspectos de "*alimentação, conforto e descanso*" estabelecidos pelo Decreto Federal nº 2.521/1998 (art. 62).

Desta forma, a presente aquisição tem o objetivo suprir a necessidade de longarinas e cadeiras extras com vistas ao perfeito funcionamento dos serviços aí desenvolvidos.

128/19

3. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

O objeto da contratação foi parcialmente previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme Portaria Administrativa nº 135/2024, publicada no Órgão Oficial do Município de Cascavel - Edição Ordinária - Nº 3881 - Ano XVI - Caderno 1 - Atos do Poder Executivo, em 31 de agosto de 2024.

Porém, o mesmo documento prevê em seu Art. 4º a inclusão de itens não mencionados a época.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os produtos a serem fornecidos, deverão ser novos e de primeira linha, ter boa qualidade, obedecer às normas técnicas válidas, no que couber, bem como atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas, que por acaso, ocorrerem serão de responsabilidade da empresa vencedora.

Os itens devem atender as normas gerais que garantam a qualidade, segurança e acessibilidade do mobiliário a ser adquirido, tais como a ABNT NBR 13962:2002, que estabelece os requisitos de segurança para móveis em geral, incluindo aspectos como estabilidade, resistência e durabilidade e a ABNT NBR 9050:2015 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, assegurando que os móveis sejam acessíveis a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A(s) empresa(s) fornecedoras deverão oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme justificativa constante no tópico 8 deste Estudo Técnico Preliminar.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

No que se refere ao quantitativo de longarinas a adquirir, foi observado o número mínimo para atendimento do previsto no projeto de reforma/revitalização do Terminal, associado ao aproveitamento de longarinas já existentes no terminal e que estejam em boas condições:

Descrição	Quantidade de assentos projeto
Área de Embarque restrita Portão A	16 x 4 assentos
Área de Embarque restrita Portão D	32 x 4 assentos
Área de Embarque restrita Portão F	20 x 3 assentos

Acerca da cadeira extra, utilizou-se o percentual sobre o total de assentos, em analogia ao determinado pelo Decreto nº 9404/2018, que estabelece a reserva de dois por cento de assentos

129
18

para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares.

Desta forma, as quantidades do objeto, fica assim definida:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade
01	Longarina 4 assentos	unidade	48
02	Longarina 3 assentos	unidade	20
04	Cadeira Extra Individual (P.O.)	unidade	5

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Ao efetuar o levantamento de mercado, verificamos a existência de algumas alternativas para o atendimento da necessidade de mobiliário: Aquisição; Comodato ou cessão de Uso; Locação tradicional; Locação por assinatura, dentre outras. Vejamos:

1 - A **Aquisição Pública**, forma mais tradicional, é a compra do mobiliário via licitação. Essa prática é comum em rodoviárias municipais de pequeno e médio porte ou em terminais administrados diretamente pelo ente público. As vantagens se concentram no fato de que os itens adquiridos passam a ser patrimônio da Administração e no custo total menor a longo prazo (se bem mantido). Como desvantagem elencamos o alto custo inicial; a morosidade do processo aquisitivo; a dificuldade de manutenção e reposição, vez que dependem de novos processos; risco de obsolescência e degradação rápida em caso de conservação inadequada.

2- **Concessão de Uso**: A rodoviária é concedida a uma empresa privada, que fica responsável pela operação, manutenção e modernização completa, incluindo mobiliário, limpeza e layout. O investimento é amortizado ao longo do contrato (geralmente 20 a 30 anos). Como vantagens: Modernização rápida e completa do espaço; Gestão integrada (mobiliário, limpeza, conforto, segurança); mobiliário de alto padrão e manutenção constante. Como desvantagens: trata-se de contrato e regulação complexos; os custos podem ser repassados aos usuários ou lojistas, prejudicando a atratividade comercial do local.

3 – **Comodato ou cessão de uso**: prática em que um fornecedor instala os móveis, sem custo à administração, mas, em contrapartida recebe espaço publicitário no próprio mobiliário ou o direito de exploração comercial (ex. quiosques ou vending machines). As vantagens dessa alternativa são: sem investimento inicial; renovação periódica do mobiliário, reduz a carga administrativa e orçamentária. Como desvantagens: por tratar-se de móveis padronizados é baixa a possibilidade de personalização; o fornecimento, a renovação ou a manutenção dependem de publicidade e concessão de espaços; não há manutenção adequada se modelo for mal fiscalizado.

4 – **Locação tradicional**: A Administração aluga os móveis de uma empresa por um prazo fixo (geralmente 12 a 36 meses). Esse procedimento parece se aplicar mais em caso de reformas ou períodos transitórios, especialmente em reforma parcial ou quando se trata de instalações provisórias durante as obras. Esta modalidade evita imobilizar capital em períodos de transição e

permite testes de layout. No entanto, pode ter alto custo a longo prazo e nem sempre inclui manutenção.

5 – Aluguel de móveis corporativo por assinatura (leasing operacional): Nesse modelo os fornecedores instalam, mantem e renovam o mobiliário mediante mensalidade. Ou seja, funciona como um serviço de locação contínua, onde o cliente paga um valor recorrente para usar móveis sem precisar comprá-los. Os fornecedores oferecem consultoria de layout e design de ambientes; catálogos digitais com diferentes linhas de móveis (ergonômicos, executivos, sustentáveis, etc.); planos de assinatura variados e serviços como montagem, manutenção, trocas e upgrade. Ao final do contrato, pode haver devolução do mobiliário ou aquisição dos itens com o valor residual (se for o caso).

6 – O mercado também oferece a possibilidade de Modelos Híbridos, sob demanda, como a combinação de compra de itens fixos (bancos, balcões) com aluguel ou comodato de móveis leves ou de alto desgaste (como mesas, cadeiras). Esse modelo parece adequado para locais que receberam reformas parciais ou que recebem eventos ou picos sazonais, devido a flexibilidade parcial e controle de custos.

7 – Terceirização do mobiliário (design + operação integrada): a empresa contratada faz o projeto de interiores, fornece e gerencia o mobiliário com SLA de manutenção.

8 – Parcerias com Marcas: nesse modelo o mobiliário é patrocinado por alguma marca, a qual customiza os itens (como bancos com Wi-Fi, carregadores) promovendo a identidade visual de marca.

A adoção de modelo de negócio pelo gestor público deve ser precedida de análise com vistas à economicidade e à adequada aplicação dos recursos públicos. Embora a pesquisa não tenha ocorrido de maneira aprofundada sobre cada uma das opções disponíveis no mercado, é suficiente para observar que algumas soluções embora a princípio pareçam atrativas, podem trazer desvantagens impactantes ou não se adequar às obrigatoriedades legais ou princípios da Administração.

Acerca da alternativa de Comodato, pode trazer limitações quanto ao padrão e durabilidade dos bens oferecidos.

Quanto ao aluguel de mobiliário, tanto o convencional como o aluguel por assinatura, geram custos recorrentes e contínuos, sem, no entanto, ocorrer a incorporação de ativo patrimonial. Além disso, o custo de reposição por danos ou desgaste é geralmente mais alto do que o próprio aluguel. A longo prazo, o valor despendido tende a superar o custo de aquisição.

O mesmo ocorre na Terceirização do Mobiliário, gera um custo sobre algo que não pertence à Administração.

Esses modelos podem ainda, gerar obrigações adicionais, como seguro, manutenção, renovação e fiscalizações periódicas.

No que se refere às parcerias com marcas ou empresas privadas, é uma alternativa que exige estrutura jurídica específica, como termo de cooperação ou parceria público-privada, além de eventuais contrapartidas publicitárias. O processo é mais complexo e pode não ser compatível com a urgência e a necessidade imediata de renovação do mobiliário.

Considerando que o mobiliário público deve atender padrões de acessibilidade, a limitação quanto à padronização parece se agravar nessas alternativas. Os modelos como os de locação ou comodato significam que os itens não são da Administração, podendo gerar complicações em caso de manutenção ou danos, vez que a rodoviária fica dependente de fornecedores externos.

Por fim, a pesquisa trouxe baixa percepção de efetiva vantagem para o poder público em adotar qualquer dos modelos de locação ou comodato. Apesar do mercado atual oferecer soluções modernas, incluindo alguns modelos híbridos, a pesquisa não localizou nenhuma rodoviária que claramente tenha adotado algum tipo de locação, modelos de comodato, terceirização do mobiliário ou parcerias com marcas, como solução para o atendimento das necessidades voltadas ao mobiliário.

Essas realidades contribuem para o entendimento de que essas alternativas não oferecem efetivamente o melhor equilíbrio entre custo, flexibilidade e durabilidade ou atualização contínua, sem comprometer o orçamento público.

Acerca da Concessão do Terminal, não se faz oportuna no momento, em razão de que o processo para a terceirização fica prejudicado pelo fato de o Terminal se encontrar em obras. Não obstante, a Autarquia deu início ao processo para a realização de estudos técnicos necessários ao planejamento de uma Concessão, de forma que, futuramente há possibilidade de terceirização.

Assim, considerando que a Rodoviária está sob domínio da Autarquia, é preferível adquirir o mobiliário, vez que atenderá os princípios da Administração pública previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, permitindo: a) a obtenção de melhor proposta técnica e financeira, resultante da competitividade e isonomia entre os participantes qualificados; b) a incorporação dos bens ao patrimônio público e proporciona melhor controle este; c) a redução de custos a longo prazo, de forma e eliminar despesas mensais com aluguel ou manutenção por terceiros; d) a padronização do mobiliário, assegurando harmonia visual, durabilidade e segurança dos usuários.

Nesta esteira, conclui-se que a realização de processo licitatório para a aquisição de mobiliário (**Alternativa 1**) parece ser a solução mais adequada sob os aspectos técnicos, econômico e jurídico, conferindo melhor aplicação dos recursos, durabilidade dos bens e a melhoria da infraestrutura do terminal rodoviário.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A análise dos valores praticados no mercado será realizada por meio de pesquisa junto a fornecedores do ramo, bem como, consulta a contratações de outros órgãos públicos, conforme Instrução Normativa nº 002/2024 – TRANSITAR.

Em consideração as fontes utilizadas, os valores de referência serão obtidos por meio da média, conforme Instrução Normativa nº 002/2024 – TRANSITAR.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução como um todo envolve a aquisição de longarinas e cadeiras extra individual (P.O.) para o Terminal Rodoviário, por meio de processo licitatório, o qual poderá ocorrer na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como cuja forma de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

O atendimento do objeto deve contemplar a entrega e montagem (se for o caso) dos itens nos locais indicados pela Administração.

Os itens que compõem o objeto são caracterizados como comuns, vez que são identificados e caracterizados na forma usual no mercado.

Não se trata de bens de luxo, conforme Portaria Administrativa nº 01/2024 – TRANSITAR.

Não há necessidade de garantia da contratação.

Garantia dos Itens:

Embora a Legislação acerca dos direitos do Consumidor indique a garantia mínima de 90 (noventa) dias quando se tratar de bens duráveis, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos) permite que a Administração Pública exija garantias contratuais ou garantias de qualidade/performance quando isso seja necessário para proteger o interesse público — inclusive além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Nesse sentido, entende-se que o CDC apresenta as garantias mínimas para o consumidor comum, no entanto, na aquisição pública, a Administração não é consumidora final no sentido do CDC, vez que coloca o item adquirido para o uso do público. Desta forma, a compra do bem visa ao interesse público.

Assim, a Administração tem o dever de zelar pela economicidade e durabilidade dos bens adquiridos, devendo, quando for o caso, exigir prazo de garantia maior ou em condições diferenciadas, para assegurar maior vida útil do mobiliário, visando a proteção do erário pela redução de custos futuros com manutenção corretiva, reposição prematura ou substituição de itens que deveriam apresentar vida útil prolongada.

Uma vez que se trata de local público de grande movimentação de pessoas, o uso dos bens será contínuo e intenso, de forma que estão constantemente expostos ao desgaste, torna-se necessário estabelecer requisitos ou padrões mínimos de qualidade, desempenho ou vida útil. Nesse contexto, o oferecimento de uma garantia maior é indicativo de boa qualidade e durabilidade do produto.

No que se refere à garantia do objeto, verificou-se que alguns órgãos/entidades aplicam garantias diferenciadas em aquisições de bens duráveis:

Órgão	Objeto	Garantia mínima/durabilidade exigida
Município de Cascavel -PR /Secretaria de Educação	Cadeiras, longarinas, mobiliário	Mínima 12 meses (Cfe. Item 5.4 do TR – Pregão 90068/2025
Câmara Municipal de Cascavel-PR	Móveis para escritório	12 meses (cfe. Consta em tópico específico do TR – Pregão 08/2025
Cohavel	Mobiliário	Prevê serviços de garantia permanente e gratuita por 12 meses. (cfe. Consta no item 09 do TR – Pregão 05/2025
Município de Jaraguá – GO	Longarinas 03 lugares	Não inferior a 12 meses (item 17 do TR) ¹
Câmara Municipal de Monte Mor-SP	Cadeiras giratórias e fixas	Mínima de 12 meses (item 05 do TR) ²
Câmara Municipal de Indianópolis - MG	Longarinas	Mínima de 03 anos (item 4.4 do TR) ³
Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região – Porto Velho-RO	Longarinas e sofás	Mínima de 01 ano (item 1 e item 8 do TR) ⁴
Tribunal de Justiça da Bahia	Poltrona tipo longarina para obeso	Mínima de 12 meses (item 5 do TR) ⁵
METROBUS – Goiânia-GO	Poltronas, mesas, longarinas	12 meses (item 9 do TR) ⁶

¹ <https://share.google/mAeyR4KPQBbNwmdeR>

² <https://www.montemor.sp.leg.br/images/zoo/uploads/TERMO%20DE%20REFERENCIA%20CADEIRAS.pdf>

³ <https://www.indianopolis.mg.leg.br/TermodeReferenciaAquisicaoLongarinas3.pdf>

⁴ <https://portal.trt14.jus.br/portal/sites/default/files/2019-08/1566582557214.pdf>

⁵ https://www.tjba.jus.br/transparencia/wp-content/uploads/2023/05/TJADM202321264V01_24075030.pdf

⁶ <https://goias.gov.br/metrobus/wp-content/uploads/sites/13/2023/01/EditaldePregaoEletronicon019.2023-Proc.202200053000269-AquisicaodeCadeiras-ModelosDiversos-ee8.pdf>

Fundação Estadual de Inovação em Saúde – INOVA Capixaba	Longarinas	12 meses (conforme descrição dos produtos – item 1 do TR) ⁷
---	------------	--

O quadro mostra que é prática comum a exigência de prazo de garantia maior do que o estabelecido no CDC, quando se trata de bens duráveis, cuja vida útil dever ser prolongada.

Assim, considerando a exigência de garantia de produtos praticada por outros órgãos na contratação de bens duráveis;

Com vistas ao atendimento dos princípios da economicidade, eficiência e proteção do patrimônio público;

Visando estabelecer um padrão mínimo de desempenho, qualidade e durabilidade, já que se trata de bem durável e, portanto, deve ter vida útil prolongada;

Entende-se que a exigência de garantia superior àquela prevista na legislação consumerista não constitui vantagem indevida, mas sim uma condição técnica essencial para assegurar maior durabilidade dos bens e garantir o desempenho adequado durante sua vida útil, de forma a resguardar o interesse público.

Desta forma, a Equipe de Planejamento deliberou por estabelecer garantia total dos itens desta contratação pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, à exceção apenas em caso de mau uso.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A aquisição se dará por item.

O parcelamento da licitação em itens favorece a participação de um maior número de fornecedores, especialmente pequenas e médias empresas, que podem fornecer produtos específicos, sem a necessidade de atender a um lote completo de itens. Isso promove uma maior competitividade e possibilita que a administração pública receba propostas mais vantajosas e adequadas a cada item, assegurando melhores condições de preço, qualidade e garantia.

10. DECLARAÇÃO DE NÃO FRACIONAMENTO DE DESPESA

⁷

[https://inovacapixaba.es.gov.br/Media/InovaCapixaba/Editais/Licita%C3%A7%C3%A3o/Preg%C3%A3o/Edital%20032_NLTC-%202024-7XVXV%20-%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20longarinas-ARP%20\(4\).pdf](https://inovacapixaba.es.gov.br/Media/InovaCapixaba/Editais/Licita%C3%A7%C3%A3o/Preg%C3%A3o/Edital%20032_NLTC-%202024-7XVXV%20-%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20longarinas-ARP%20(4).pdf)

A presente contratação não se configura como fracionamento de despesa, por não existir contratação prévia de mesmo objeto no interregno de 12 meses, contendo todos os itens necessários para sua execução.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a aquisição dos itens, espera-se:

- Melhoria significativa do conforto e da experiência dos usuários do Terminal;
- Maior eficiência e ergonomia;
- Valorização estética e funcional do espaço público;
- Redução de custos operacionais e de manutenção a médio e longo prazo.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não serão necessárias providências prévias por parte da Administração.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A Autarquia realizou processo para compra de mobiliário para a Rodoviária, conforme Pregão nº 12/2025 - Atas de Registros de Preços nº 30/2025 a 35/2025, cujos itens foram destinados ao atendimento da praça de alimentação e de áreas do pavimento superior do terminal já entregues pela empresa responsável pela obra de reforma.

A aquisição de longarinas no P.E. nº 12/2025 não foi possível pois o item 06 – “Longarina para 4 lugares com Pontos de energia - Power plug/ USB; especificações constantes no ETP” foi anulado, conforme justificado pelo pregoeiro em sessão: “Anulação por vício insanável devido a inconsistências percebidas na pesquisa de mercado quanto à descrição do item ansiado.”

O item “cadeira extra (P.O.)”, específico para os saguões de embarque, não foi incluído no processo descrito acima, devido à ideia inicial de que os assentos especiais seriam diferentes do item contido no referido processo, bem como seriam tratados de maneira específica posteriormente. Acontece que, no decorrer dos meses, a possibilidade de conceder a administração do TRC à iniciativa privada tem se mostrado viável ao interesse público, sendo assim, visando a economicidade, optou-se por adquirir cadeiras de modelos mais simples, como o item 02 do P.E. nº 12/2025, para compor os saguões de embarque.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Embora a compra de móveis pareça uma atividade simples, ela envolve impactos ambientais relevantes ao longo do ciclo de vida:

1 - Impactos na origem da matéria-prima: considerando que as longarinas e cadeiras utilizam aço ou alumínio, plástico, espumas/estofamento, os principais impactos são a emissão de CO₂; o alto consumo de energia; a geração de resíduos tóxicos da indústria química.

2. Processos industriais: Emissão de CO₂ e poluentes atmosféricos durante a fabricação; Uso de substâncias químicas, como colas, solventes e tintas com compostos orgânicos voláteis (COVs); Geração de resíduos industriais, embalagens, resíduos metálicos, plásticos e químicos; alto consumo de água e energia.

3. Transporte: Emissões de gases de efeito estufa durante o trajeto; Uso excessivo de embalagens gerando resíduos pós-entrega, tais como plástico, isopor, papelão.

4. Uso e manutenção: Quanto menor a durabilidade do item, maiores serão o volume e a frequência do descarte; Materiais de difícil reparo.

5. Fim de vida útil: Descarte inadequado de móveis contendo metais, espumas, MDF/MDF-H com resinas tóxicas; Acúmulo de resíduos sólidos urbanos.

A fim de mitigar os efeitos dos impactos ambientais, aplica-se a presente contratação, no que couber:

No que se refere à matéria prima dos itens:

- ✓ Estrutura das longarinas preferencialmente com aço ou alumínio reciclado ou reciclável;
- ✓ Plásticos com percentual mínimo de material reciclado, se aplicável;
- ✓ É proibido o uso de substâncias tóxicas na composição dos itens, tais como cromo VI, solventes agressivos, retardantes halogenados.

Quanto ao processo produtivo:

- ✓ Tintas, vernizes e colas utilizadas devem ter **baixo teor de COV**;
- ✓ Preferência por materiais reciclados ou recicláveis;
- ✓ Proibido o uso de substâncias tóxicas na fabricação (ex.: retardantes halogenados).
- ✓ Preferência por pinturas eletrostáticas, vez que reduzem a necessidade de solventes;
- ✓ Deverão ser observadas a NBR 13962 e NBR 115116, se aplicável.

Logística e entrega

- ✓ Redução de embalagens; uso de embalagens recicláveis; evitar o uso de isopor.
- ✓ Exigir Plano de Logística de Entrega com otimização de rotas para reduzir emissões.

Durabilidade e manutenção

- ✓ Os itens deverão atender as normas técnicas ABNT no que couber.
- ✓ Preferência para licitantes que ofereçam garantias maiores.

137
15

- ✓ A licitante vencedora deverá disponibilizar peças de reposição por período mínimo de 12 (doze) meses.
- ✓ Os itens devem ser resistentes e duráveis;
- ✓ Fornecimento de manual de manutenção a fim de prolongar a vida útil do bem.

Logística reversa e fim de vida útil

- ✓ Reciclagem do metal; recuperação de peças; descarte adequado de espumas e tecidos.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO


Com base na análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar, é possível afirmar que a solução proposta para a aquisição de mobiliário para o Terminal Rodoviário é viável e necessária para atender as necessidades do Terminal com eficiência e transparência.

Cascavel, 15 de janeiro de 2026

Elaborado por:


Bruno Cavalli da Silva
Matrícula nº 686

Aprovado por:


Samantha Sitnik
Gerente da Divisão de Transporte

ANEXO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS E QUANTITATIVOS DOS ITENS

Aquisição de LONGARINAS E CADEIRA EXTRA INDIVIDUAL (P.O) para o Terminal Rodoviário de Cascavel, Dra. Helenise Pereira Tolentino.

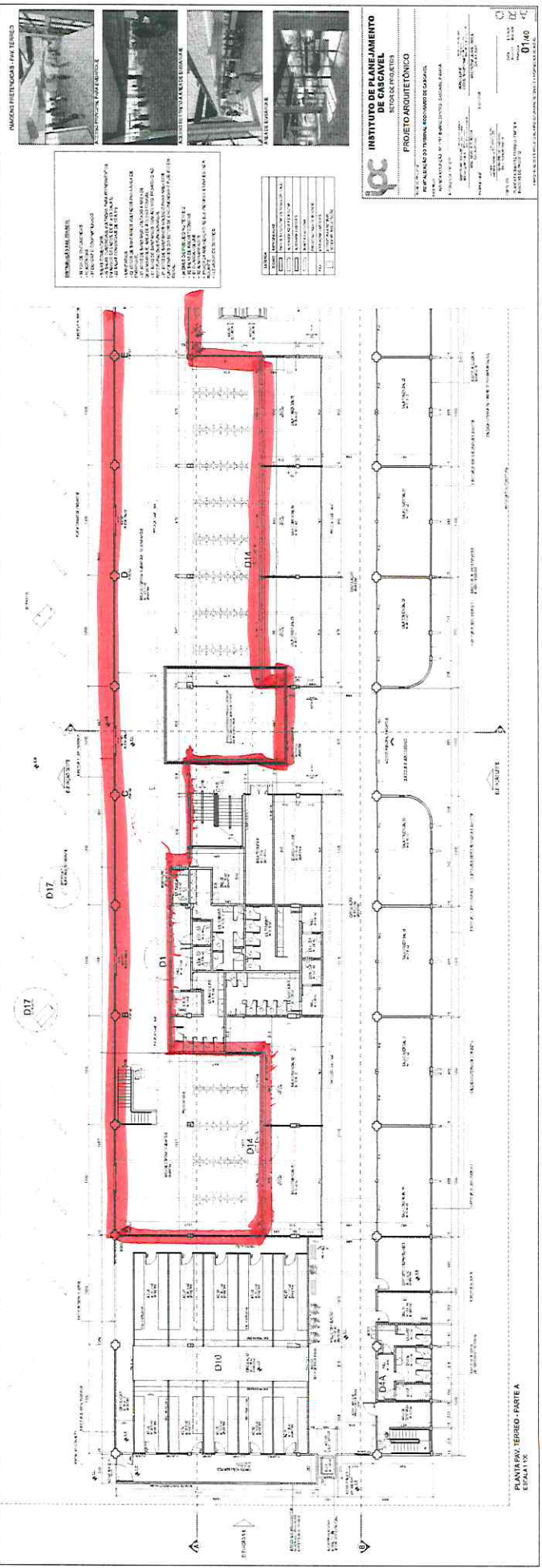
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Longarina para 4 lugares com pés e braços em aço cromado; Encostos e assentos em aço perfurado, com espessura de aproximadamente 1,3mm, admitida variação de $\pm 20\%$; Braços intermediários entre assentos; Base em formato "Y" com 4 sapatas niveladoras reguláveis; Medidas mínimas: Encosto com largura de 44cm e altura de 43cm; Assento com profundidade de 34cm, largura de 44cm e altura do chão de 35cm. Cada assento deverá suportar, no mínimo, 100 kg. Cor - prata, tom metálico similar ao Pantone 877 C, apenas como referência visual, admitidas variações próprias do processo industrial	Unid.	48
2	Longarina para 3 lugares com pés e braços em aço cromado; Encostos e assentos em aço perfurado, com espessura de aproximadamente 1,3mm admitida variação de $\pm 20\%$; Braços intermediários entre assentos; Base em formato "Y" com 4 sapatas niveladoras reguláveis; Medidas mínimas: Encosto com largura de 44cm e altura de 43cm; Assento com profundidade de 34cm, largura de 44cm e altura do chão de	Unid.	20

	35cm. Cada assento deverá suportar, no mínimo, 100 kg. Cor - prata, tom metálico similar ao Pantone 877 C, apenas como referência visual, admitidas variações próprias do processo industrial.		
3	Cadeira Individual para Pessoa Obesa (P.O). Deve suportar cargas de até 250 kg, estrutura robusta em aço carbono. Com pés antiderrapantes. As medidas deverão ser conforme os parâmetros e dimensões do tópico 4.7 da ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) Estrutura metálica na cor prata, tom metálico similar ao Pantone 877 C, apenas como referência visual, admitidas variações próprias do processo industrial. Demais estruturas na cor cinza similar ao Pantone <i>Cool Gray</i> 8 C, apenas como referência visual, admitidas variações próprias do processo industrial.	Unid.	05

MODELOS DOS ITENS

MODELO DAS LONGARINAS





PLANTA DO 1º ANDAR

SECCAO II

QUADRO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	ÁREA TOTAL	1.200,00 m²
2	ÁREA ÚTIL	1.000,00 m²
3	ÁREA DE COBERTURA	200,00 m²
4	ÁREA DE PAVIMENTO	1.000,00 m²
5	ÁREA DE PAREDE	1.000,00 m²
6	ÁREA DE TETO	1.000,00 m²
7	ÁREA DE PISO	1.000,00 m²
8	ÁREA DE TUBO	1.000,00 m²
9	ÁREA DE VENTILADOR	1.000,00 m²
10	ÁREA DE LÂMPADA	1.000,00 m²
11	ÁREA DE SINAL	1.000,00 m²
12	ÁREA DE BATERIA	1.000,00 m²
13	ÁREA DE MOTOR	1.000,00 m²
14	ÁREA DE TRANSFORMADOR	1.000,00 m²
15	ÁREA DE REFRIGERADOR	1.000,00 m²
16	ÁREA DE AQUECIMENTO	1.000,00 m²
17	ÁREA DE RESFRIAMENTO	1.000,00 m²
18	ÁREA DE ILUMINAÇÃO	1.000,00 m²
19	ÁREA DE SINALIZAÇÃO	1.000,00 m²
20	ÁREA DE SEGURANÇA	1.000,00 m²

LEGENDA

1. ÁREA TOTAL

2. ÁREA ÚTIL

3. ÁREA DE COBERTURA

4. ÁREA DE PAVIMENTO

5. ÁREA DE PAREDE

6. ÁREA DE TETO

7. ÁREA DE PISO

8. ÁREA DE TUBO

9. ÁREA DE VENTILADOR

10. ÁREA DE LÂMPADA

11. ÁREA DE SINAL

12. ÁREA DE BATERIA

13. ÁREA DE MOTOR

14. ÁREA DE TRANSFORMADOR

15. ÁREA DE REFRIGERADOR

16. ÁREA DE AQUECIMENTO

17. ÁREA DE RESFRIAMENTO

18. ÁREA DE ILUMINAÇÃO

19. ÁREA DE SINALIZAÇÃO

20. ÁREA DE SEGURANÇA

PLANTA DO 1º ANDAR - PARTE B

ESCALA 1:50